

Sumário

1. Introdução	1
2. Recortes e Abordagens Metodológicas da Pesquisa	11
2.1 Tema, objeto e objetivos (geral e específicos)	11
2.2 Justificativa em perspectivas: social, científica e pessoal	17
2.3 Problema de pesquisa e hipótese	35
2.4 Metodologia(s).....	36
2.5 Marco teórico: interseccionalidade como ponto de partida.....	36
3. Contribuições dos Discursos Criminológicos Críticos: Tensões, Encontros e Desencontros.....	49
3.1 A Criminologia Crítica e seus questionamentos radicais ao sistema de justiça criminal	50
3.1.1 Seletividade estrutural: manutenção e reprodução da desigualdade social	53
3.1.2 Minimalismo penal como estratégia para contenção e superação do poder punitivo: a proposta de Alessandro Baratta	61
3.1.3 Esquerda punitiva: fissuras entre academia e movimentos sociais	75
3.1.3.1 Esquerda punitiva: etiquetando desviantes	78
3.1.3.1.1 Maria Lúcia Karam em três momentos: de 1996 a 2021	78

3.1.3.1.2 Adeptos do pensamento de Karam	85
3.1.3.1.3 Repercussões do conceito para a criminalização da LGBTfobia.....	89
3.1.3.2 Crítica da crítica: podem os subalternos falar e podem os privilegiados escutar?.....	92
3.1.3.2.1 Abolicionistas contra feministas? Superando dicotomias simplistas.....	93
3.1.3.2.2 Criminologia crítica contra movimentos sociais: a “síndrome do chefe da escola”	101
3.1.3.2.3 Falsas equivalências e propostas deficitárias	107
3.1.3.3 Considerações finais	113
3.2 Criminologia e Teoria Crítica da Raça (TCR): pensando o racismo como categoria central no contexto brasileiro e as formas de combatê-lo	116
3.2.1 Fundamentos da TCR: raça enquanto categoria analítica...	118
3.2.2 O racismo como elemento estruturante do sistema penal brasileiro moderno	127
3.2.3 Criminalizando o racismo: experiências dos movimentos de negras e negros com a Lei nº 7.716/1989	135
3.2.4 Considerações finais.....	144
3.3 Criminologias Feministas: gênero como categoria desestabilizadora do sistema de justiça criminal	146
3.3.1 Do singular ao plural: epistemologias críticas do androcentrismo criminológico.....	147

3.3.2 Lei Maria da Penha: diálogos entre movimentos feministas e LGBT	159
3.3.2.1 Novamente, o SJC: adequação vs. inadequação em face da violência de gênero.....	160
3.3.2.2 Superando a pena privativa de liberdade: dispositivos esquecidos da LMP e seus estudos empíricos	164
3.3.2.3 Notas críticas: contribuições e insuficiências da produção acadêmica para os movimentos LGBT.....	172
3.3.3 Identificar, nomear e responsabilizar: a criminalização do feminicídio	176
3.3.3.1 Avanços para além do punitivismo	179
3.3.3.1.1 Capacitação dos atores dos sistemas de justiça e segurança pública.....	180
3.3.3.1.2 Produção de dados e estatísticas oficiais	181
3.3.3.1.3 Identificar e nomear: feminicídio não é crime passional.....	182
3.3.3.1.4 Disputas simbólicas e políticas	183
3.3.3.2 Críticas.....	186
3.3.3.2.1 Inaptidão do direito penal para reduzir a violência de gênero	186
3.3.3.2.2 A colonialidade do discurso jurídico.....	188
3.3.3.2.3 Poder Judiciário e hermenêutica	189
3.3.3.2.4 Universalização da violência: nem todas as mulheres são iguais	190

3.3.3.3 Quais diretrizes os movimentos LGBT podem extrair da criminalização do feminicídio?	192
3.3.4 Considerações finais	195
3.4 Criminologia e Estudos LGBTQ: uma área a ser explorada nas ciências criminais brasileiras	197
3.4.1 Da repressão à democratização: permanências do autoritarismo brasileiro.....	198
3.4.2 LGBTfobia: conceito, dimensões e suas implicações para o debate da criminalização	211
3.4.3 Teoria <i>queer</i> , criminologias <i>queer</i> e criminologias transviadas... <td>218</td>	218
3.4.4 Considerações finais.....	241
4. Um Direito Penal para Vulneráveis? A Criminalização da LGBTfobia na Encruzilhada dos Discursos Legislativos, Doutrinários e Jurisprudenciais	243
4.1 Direito Penal e Direito da Antidiscriminação: possibilidades normativas para a criminalização da LGBTfobia.....	247
4.1.1 Bases normativas para um Direito Penal da ntidiscriminação: a Constituição Federal como ponto de partida e os elementos esparsos na legislação infraconstitucional	248
4.1.2 O princípio da intervenção mínima como pressuposto para tipificar comportamentos discriminatórios homotransfóbicos	261
4.1.3 Considerações finais.....	270
4.2 Propostas legislativas de criminalização da LGBTfobia no Brasil (1988-2021)	272

4.2.2 Resultados obtidos: PL's em categorias.....	278
4.2.2.1 Reações conservadoras.....	278
4.2.2.2 Sanções e medidas administrativas	280
4.2.2.3 Inserção de qualificadoras ou agravantes no CP.....	281
4.2.2.4 Alterações na LAR	282
4.2.2.5 Proteção, conscientização e crimes de ódio	284
4.2.3 (In)adequação das propostas frente ao minimalismo penal....	287
4.2.4 Considerações finais	297
4.3 LGBTfobia e homicídio por motivo torpe: apontamentos críticos a partir da doutrina penal brasileira da Parte Especial do Código Penal	300
4.3.1 Quem está autorizado a falar em nome das ciências criminais no Brasil?.....	302
4.3.2 Cautelas da pesquisa: como fazer uma revisão bibliográfica da doutrina penal que seja metodologicamente fundamentada?	315
4.3.3 Análise dos autores	319
4.3.3.1 Autores que não citaram a LGBTfobia como exemplo de motivo torpe	319
4.3.3.2 Autores que citaram a LGBTfobia como exemplo de motivo torpe	320
4.3.3.3 Crítica dos discursos doutrinários.....	321
4.3.4 Considerações finais.....	324

4.4 A LGBTfobia entre a ausência e o reconhecimento: uma análise empírica a partir dos casos criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná julgados entre 1988 e 2021.....	325
4.4.1 Metodologia: análise de correntes jurisprudenciais	328
4.4.2 Resultados alcançados	335
4.4.2.1 Homofobia	337
4.4.2.2 Lesbofobia.....	341
4.4.2.3 Transfobia	344
4.4.3 Considerações finais	352
5. Conclusões	357
Posfácio Roger Raupp Rios	367
Posfácio Soraia Mendes.....	369
Referências Bibliográficas.....	371